

Sem plano, Lula improvisa e queima a largada

Rogério L. Furquim Werneck*

Lula bem sabia que, sem ampliar em grande medida sua base de apoio no Congresso, lhe seria difícil governar. A grande questão era de que forma tal ampliação de base seria assegurada.

Terminada a eleição, ainda havia um fio de esperança de que, afinal, Lula se moveria inequivocamente para o centro, no eixo que de fato importa, que é o da condução da política econômica. E de que sua busca de apoio mais amplo no Congresso seria norteadada pela necessidade de garantir respaldo a tal movimento.

“Fazer a coisa certa” desde o início, de forma a assegurar um bom desempenho da economia, daria ao governo Lula mais resiliência para novo embate com o bolsonarismo em 2026.

Mas estariam Lula e o PT preparados para abandonar seu velho ideário e adotar para valer um programa econômico de centro? Ou, aferrados a esse ideário, estariam propensos a tentar negociar “em outros termos” a ampliação do apoio ao governo no Congresso?

Não há, entre parlamentares de centro-direita, especial apego à ideia de “fazer a coisa certa” na condução da política econômica. Se Lula preferisse, estariam prontos a negociar a ampliação do apoio “em outros termos”. A grande diferença é que, sem assegurar um bom desempenho da economia, Lula poderia marchar para paulatina fragilização de seu governo. E acabar enredado pelo Congresso.

Mal passados três dias do segundo turno, contudo, o novo governo deixou claro que o que deverá pautar a ampliação de sua base parlamentar não será em absoluto a necessidade de “fazer a coisa certa”. A preocupação é tão somente conseguir extrair do Congresso licença para expandir os gastos do governo em 2023, muito acima do que hoje permitem as restrições fiscais em vigor.

O que se alega é que o presidente eleito tem promessas de campanha a honrar. E que sua credibilidade ficará comprometida caso não sejam honradas. A governabilidade estaria em jogo, chegou a ser alegado.

Chama a atenção a sem-cerimônia com que o governo eleito se permitiu deflagrar negociações com o Congresso para viabilizar tamanha expansão de gastos, sem nem mesmo ter definido quem serão os novos responsáveis pela condução da política

macroeconômica. E sem sequer ter esboçado como pretende assegurar que a gestão das contas públicas nos próximos anos estará pautada pela sustentabilidade fiscal.

Expandir gastos, primeiro, e só depois, quem sabe, anunciar como as contas públicas serão mantidas sob controle, é um erro crasso. Ao se apressar a pagar promessas de campanha para não perder credibilidade com seus eleitores, o novo governo parece não se ter dado conta de que já pode ter incorrido em grave perda de credibilidade da política econômica que adotará.

Como se temia, Lula se ressentiu, agora, de ter ganho a eleição sem ter um plano de jogo para a economia. E o que hoje se vê é uma transição atabalhoada, marcada por constrangedora improvisação.

Saído de uma campanha eleitoral em que se envolveu em frenético torneio de promessas econômicas irresponsáveis com Bolsonaro, Lula tem boas razões para se assustar com o tamanho da conta que supostamente lhe cairá no colo nesse início de mandato.

O populista torna-se ainda mais nocivo se, uma vez eleito, se sente obrigado a cumprir de imediato suas promessas irresponsáveis de campanha. O novo governo precisa repensar o tamanho da conta com que terá de arcar, para que possa estabelecer de forma mais criteriosa o que não poderá deixar de pagar.

Basta ter em mente a conta do Auxílio Brasil. O que antes se tinha era o Bolsa Família, um programa bem concebido e extraordinariamente eficaz, tendo em vista o que custava. Na esteira de longa sequência de barbeiragens populistas, o governo Bolsonaro anarquizou o Bolsa Família e o transformou num programa de combate à pobreza mal concebido e muito mais caro do que precisa ser. Quem quiser se inteirar dos colossais erros cometidos deve dedicar cinco minutos à leitura do excelente artigo de Cecilia Machado sobre a questão, na *Folha* de 8/11.

Antes de sair pagando promessas a esmo, é preciso acertar barbeiragens como essas.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.